

## MANIFESTO DO CONGRESSO REPUBLICANO FEDERAL (1887)

Ao contrário do manifesto de 1870, que tem sido muito divulgado e comentado, o manifesto de 5 de julho de 1887, do Congresso Republicano Federal, é praticamente desconhecido. Esta publicação orgulha-se de ter procedido à primeira "edição" moderna do precioso documento, quando o divulgou em seu nº 23, de junho de 1971. Pouco depois, o Professor Reynaldo Carneiro Pessoa reproduziu-o em seu livro, já citado a propósito do manifesto de 1870. Confessamos não ter conhecimento de nenhuma outra publicação deste manifesto de 1887. Eis porque julgamos oportuno transcrevê-lo na íntegra. E vale a pena compará-lo com o manifesto de 1870. Os dezessete anos que separam as duas peças documentais representam iniludivelmente um avanço na propaganda da República e na conscientização do ideal republicano. Agora, sentem-se os republicanos bem mais seguros que em 1870 quanto à receptividade de suas idéias. Não há mais razão para a cautela, tão notada no manifesto anterior. Então, numerosos pontos que no manifesto de 70 nem sequer eram mencionados, agora o são com verdadeiro desassombro. Para as duas vezes em que reproduzimos este documento, tomamos como base o texto estampado no jornal "Imprensa Ytuana", Itu, 24 de julho de 1887, menos de vinte dias após a publicação do manifesto em jornal do Rio de Janeiro. À Professora Ana Maria Perazzo, então nossa aluna na Universidade Católica de Campinas, devemos a gentileza, (que agradecemos), de nos ter proporcionado o conhecimento e a consulta da velha folha ituana.

\*

Concidadãos. No momento em que, por motivo de grave enfermidade, foi o imperador obrigado a abandonar o governo do Estado e a retirar-se do Brasil; no momento em que, por essa mesma causa, acaba de assumir o poder majestático, na plenitude de suas funções, a princesa herdeira do trono; julgam os abaixo-assinados, delegados do partido republicano brasileiro, reunidos em congresso nesta capital, dever dirigir-se aos seus concidadãos, a fim de esclarecê-los ainda uma vez sobre os intuitos que animam o partido republicano brasileiro, e sobre a atitude que lhe cumpre manter em face da nova situação, criada pelo aludido incidente.

Os fatos políticos ultimamente observados têm patenteado aos olhos da nação o profundo abatimento moral dos homens que servem ao princípio monárquico, os quais, pela particular estrutura das instituições

vigentes, se têm constituído, voluntária ou inconscientemente, os instrumentos da ruína de nossa pátria. Não desejando nós pôr em suspeição nem o patriotismo, nem a probidade de todos quantos, nos dois partidos governamentais não assumido perante a história a responsabilidade dos erros e dos abusos com que se tem lavrado o descrédito do nosso bom nome, como nação civilizada e a desgraça da sociedade brasileira, atormentada por quantas contingências podem amargar o ânimo da família e o espírito do povo, somos obrigados a presumir que, vítima de uma obsessão fatal, esses nossos concidadãos não perdido, com as noções do dever cívico, os nobres estímulos que devem alentar em todas as épocas e em todos os países, os leais servidores de uma política regida pelos princípios morais e inspirada pelo amor do bem.

Seria longo e fastidioso rememorar os fatos a que aludimos, e cujo caráter se nos afigura tanto mais grave quanto manifestam ser, não ocorrências ocasionais derivadas de circunstâncias transitórias, mas corolários lógicos de um sistema ininterruptamente seguido e posto em prática para o fim de desalentar todas as energias cívicas, sufocar todos os impulsos da independência individual, abafar o instituto de todas as iniciativas fecundas, suprimir, enfim, da consciência nacional, a fé no direito e a intuição do poder democrático sofisticadamente proclamado e alegado como subsistente em nome da soberania do povo, sempre invocada para cobrir com o seu prestígio e com a sua responsabilidade, perante o mundo, os atos arbitrários de um governo autocrático exercido sob o falso suposto da delegação popular.

Os resultados desse sistema de governo artificial e artificioso aí estão patentes e podem ser resumidos nas seguintes proposições:

na desmoralização do poder público;

na desordem administrativa que se fez sentir em todos os serviços do Estado;

na ruína financeira que ameaça submergir o futuro de nossa pátria no pélagos da bancarrota e da desonra;

no desprestígio do pretendido poder judicial, organismo secundário no nosso mecanismo constitucional subordinado ao poder executivo, único real e manente acima de tudo e de todos;

no descrédito dos partidos governamentais, cujas bandeiras se confundem nas suas cores, tanto quanto os seus membros se confundem nos desígnios e processos da governação do Estado;

no desprezo com que são aviltados ou oprimidos todos os elementos que representam os interesses fundamentais da vida social, tanto na ordem moral, como na ordem política, como na ordem econômica;

no virtual e sistemático despreço por todos os caracteres altivos que se não acomodam com a subserviência imposta em nome da infalibilidade e da onipotência do governo;

no intuito perseverantemente manifestado de reduzir o exército e a armada nacional à condição das antigas "guardas de corpo", não instituídas pela lei para representação e defesa da honra, da independência e da integridade da pátria, mas criadas pelo soberano para a execução dos seus desígnios particulares, passivamente inertes e obedientes, ou só agindo automaticamente ao mando de uma ditadura suprema;

na dissipação do patrimônio social esbanjado em negócios equívocos ou empresas temerárias e ruinosas, fomentadas pelo espírito da especulação ilegítima e pela sede imoderada de lucros alcançados sem trabalho à custa do suor do contribuinte;

no abandono da instrução pública, para que o povo continue imerso nas trevas da ignorância, com prejuízo da independência pessoal dos cidadãos e da força fecundante do trabalho que tão útil devera ser ao Estado, mas que só é poderoso, eficiente e criador quando animado pelo influxo da inteligência esclarecida;

no monopólio criado pela constituição de classes dirigentes, privilegiadas na sua própria instrução, à custa do imposto geral, e às quais estão efetivamente penhoradas todas as posições oficiais;

no seqüestro do voto popular, espoliado o povo da sua soberania e impedido de interferir na escolha dos pretendidos mandatários do poder, sofismados por este modo os seus inauferíveis direitos;

na decadência da instituição parlamentar, representada pelo senado vitalício, centro de oligarquias aparelhadas para toda a ordem de conspirações governamentais contra a liberdade dos cidadãos e contra o interesse da comunidade social e por uma câmara temporária, feita do próprio governo e constituída ordinariamente na sua quase unanimidade por duas classes de serventuários — dependentes ou pretendentes;

no empobrecimento geral da nação, cuja atividade produtiva vê-se embargada pelo peso dos impostos e pela infecundidade do trabalho, cujo horizonte se estreita cada vez mais e cuja expansão é contrariada por defeito das próprias leis que deviam favorecer o seu desenvolvimento, como se o intuito secreto do poder fosse o de reduzir todo o povo brasileiro à condição de um povo de mendigos;

na manutenção obstinada da escravidão, como a alavanca da propriedade territorial, constituída no regime de um feudalismo bastardo, fatal ao desenvolvimento da produção nacional e da riqueza pública e tão depressora da energia vital do país quanto da dignidade e independência dos próprios possuidores do solo cultivável da terra brasileira;

na oposição recíproca criada entre o regime feudal e as indústrias fabris, recentemente fundadas no império, às quais se nega não somente a proteção razoável por elas pretendida, como ainda se lhes agrava a sorte por verdadeira proteção concedida às indústrias estrangeiras, para satisfação das exigências do erário, quase exclusivamente nutrido pelos impostos da importação;

no depauperamento da própria agricultura elementar que possuímos, base das relações mercantis e do intercâmbio nacional e cujos produtos além de onerados pelo excessivo custo de sua manipulação, ainda são gravados com impostos de importação e altas tarifas de transporte nas estradas construídas e administradas pelo próprio Estado;

na prodigalidade, cega e criminosa, com que são desbaratados os recursos do Estado, aumentando-se todos os anos em escala progressiva o **deficit** dos orçamentos e elevando-se por meio de empréstimos sucessivos a dívida interna e externa do império a um algarismo atarrador;

no desenvolvimento exagerado e supérfluo do funcionalismo público, que é nas mãos do governo, ao mesmo tempo, um meio de sedução e um meio de compressão;

no relaxamento de todos os vínculos morais, por cujo influxo pernicioso se têm corrompido os costumes públicos, podendo, em regra geral, aferir-se pela ausência de escrúpulos da parte dos indivíduos a maior soma de bens e de vantagens sociais que eles desfrutam.

Sendo estas, sem exageração, as condições do nosso estado social e político, invertidas todas as noções morais e constituído o governo da nação em verdadeira empresa de negócios, frutíferos somente para o partido que está no poder ou para os indivíduos que à sombra da política visam somente a exploração dos cargos públicos, não admira, embora seja entristecedor, o espetáculo que oferece a sociedade brasileira neste período de decadência da instituição monárquica no Brasil.

Como conseqüência funesta deste estado de coisas, cuja observação desalenta a uns e aterra a outros, o que se nota geralmente, por parte dos cidadãos, é uma estranha conformidade com o seu mau destino, é um retraimento fatal à causa da pátria, que mais do que nunca necessita e reclama o amparo dos seus bons filhos, e cuja sorte depende exclusivamente das virtudes másculas e da virilidade de que devem dar exemplo todos quantos sintam no seu coração palpitar o sentimento do patriotismo e da honra.

A experiência da instituição monárquica está feita. Um longo e estéril reinado de quase cinquenta anos, que não pôde produzir outro fruto mais do que a anarquia moral das consciências e anarquia mental dos espíritos; que apesar das virtudes pessoais e das boas intenções atribuídas

ao soberano não pôde impedir a corrupção dos costumes nem obstar a ruína moral e a decadência do país, basta, na nossa opinião, para demonstrar que a instituição monárquica é impotente para produzir o bem e radicalmente tão infensa aos interesses elementares das sociedades modernas quanto contrária aos princípios da ciência política e aos estímulos da própria dignidade dos cidadãos.

Todas as instituições sociais, diz um publicista notável, devem ter por fim melhorar a sorte moral, intelectual e física da classe mais numerosa e mais pobre de um país.

A instituição monárquica que se funda no regime do privilégio, que cria classes e distinções no seio do povo, que é por si mesma a negação do regime democrático, o qual se funda na igualdade, que fatalmente tende à exploração do maior número para nutrir e enriquecer a alguns privilegiados, está evidentemente em contradição com essa fórmula e com a lei natural e com os direitos inalienáveis do homem, superiores e anteriores a toda lei humana, imprescriptíveis e irrevogáveis.

No regime monárquico tudo é concessão do soberano. No regime democrático sucede o contrário: tudo é emanação do próprio povo, soberano de si mesmo. No nosso país, graças à dissimulação da Carta outorgada, todos os poderes residem de fato na pessoa do monarca, não somente por efeito da delegação presumida pela própria Carta, como ainda pela abdicação tácita da soberania nacional, abdicação fatal, que nada mais é do que a fórmula do indiferentismo, que é hoje a pior enfermidade do povo brasileiro.

É por efeito desse indiferentismo, que todos os atentados se realizam, que todas as espoliações se efetuam, que todos os vícios se ostentam e todos os escândalos se patenteiam como detrimento da moral pública e privada, porque, desde que a sociedade se acostuma à relaxação na ordem política, facilmente se deixa contaminar do mesmo vírus na esfera de suas relações privadas e domésticas.

Ora, como bem pondera um grande escritor, desde que as sociedades se entregam ao indiferentismo, desde que os vícios se tornam mais frequentes do que as virtudes, pervertendo as consciências e enervando as forças materiais, até o ponto de transigir-se com a imoralidade — é porque no seio de tais sociedades existem poderosos germens de decadência.

Para reagir contra este social mórbido, que só pode ter um desenlace funesto, é que incitamos e aconselhamos os nossos correligionários a que perseverem na luta política, aumentando e desenvolvendo a sua energia patriótica, batalhando com fervor e afincado no terreno legal da propaganda republicana, mesclando-se por todos os modos nos atos da vida civil e interferindo por todos os meios ao seu alcance nas funções sociais e

políticas, onde a sua intervenção possa ser salutar e eficiente como exemplo e como esforço em benefício da pátria e da nossa causa.

Bem considerando as circunstâncias especiais do nosso país e a franquesa intrínseca dos partidos que rodeiam e amparam a monarquia, o que resulta para a consciência do observador é o seguinte: que a força do poder ilegítimo que nos conduz à ruína e à desmoralização apoia-se mais no abandono e na indiferença do cidadão do que nos seus próprios meios de ação.

Por isso aconselhamos a todos os nossos corréigionários e a todos os nossos cidadãos o estrito cumprimento do seu dever cívico, alistando-se os republicanos como eleitores, sempre que se achem nas condições exigidas pela lei do império, promovendo o alistamento de quantos, achando-se no mesmo caso, não possam por qualquer circunstância fazer prevalecer o seu direito, congregando-se em clubes ou grêmios políticos, em grande ou pequeno número, em todas as localidades onde residam, doutrinando pela palavra e sobretudo pelo exemplo, fazendo uso da tribuna e da imprensa para esclarecer os que estiverem iludidos, honrando, enfim, por todas as formas a causa republicana e a dignidade do nosso partido.

Somos atualmente, no meio da dissolução social e da desagregação dos partidos monárquicos, o único núcleo de homens políticos solidamente constituído e animado pela coesão das idéias e pela comunidade de princípios.

A república federativa brasileira, fundada na base da recíproca autonomia e independência das províncias e circunscrições, que no futuro hão de formar os Estados Unidos do Brasil, apoiada nos princípios eternos da liberdade e da justiça; — tal é a bandeira em torno da qual nos achamos congregados na mais perfeita solidariedade para o fim de conquistarmos, com o bem ser dos nossos concidadãos e com a grandeza da pátria, a efetividade de todos os direitos inerentes à comunidade social, tais como:

- o sufrágio universal,
- a liberdade da palavra falada,
- a liberdade da palavra escrita,
- a liberdade da consciência,
- a liberdade dos cultos,
- a inviolabilidade do domicílio e da correspondência postal,
- a liberdade do ensino,
- a liberdade de reunião,
- a liberdade de associação,
- a liberdade de propriedade,
- a instituição do juri para toda a classe de delitos,

a abolição dos privilégios pessoais, títulos de nobreza ou condecorações,  
a instituição do poder judicial como delegação direta da soberania nacional,  
finalmente,  
a intervenção do povo em todos os negócios públicos.

Concidadãos. Dos problemas sociais ou políticos, cuja solução mais urgentemente está sendo reclamada pelos interesses elementares da sociedade, não carecemos tratar especialmente nesta exposição.

Eles estão sendo debatidos pela imprensa livre e para todos eles acha-se a solução natural dentro dos princípios cardeais do nosso credo político.

Sobressaindo, porém, entre eles, pela sua importância e alcance social e político, o problema da escravidão, cumpre-nos dizer-vos que, não tendo querido a monarquia resolvê-lo, de acordo com a justiça, por meio de um ato pronto e simultâneo, adotadas as precauções necessárias para evitar o abalo da propriedade mal constituída, o que nos resta exigir e promover è a abolição total da escravidão no Brasil dentro de um período que não exceda a data aniversária e gloriosa da Revolução Francesa, quando foram proclamados pela primeira vez os direitos inauferíveis do homem.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1887.

Foi este manifesto assinado por Saldanha Marinho, Alvaro José Gonçalves Chaves, Raimundo de Sá Vale, Quintino Bacaiuva, Campos Sales, José de Nápoles Teles de Menezes, Rangel Pestana, A. Ennes de Souza, Aristides Lobo, Joaquim José de Almeida Pernambuco, Belarmino Carneiro, Ubaldino do Amaral, Júlio Borges Diniz, Joaquim M. Martins Siqueira, José Antônio Pedreira de Magalhães Castro, José Romagueira da Cunha Correia, Antônio Justiniano Esteves Júnior e Oscar da Cunha Correia.